



## A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL E OS PRINCÍPIOS EDUCACIONAIS DA “ESCOLA UNITÁRIA DE GRAMSCI”

### PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION IN BRAZIL AND THE EDUCATIONAL PRINCIPLES OF “GRAMSCI'S UNITARIAN SCHOOL”

#### ARTIGO

**Camila Daniela dos Santos Ferraresso<sup>1</sup>**  
Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT  
E-mail: [camiladanielah@gmail.com](mailto:camiladanielah@gmail.com)

**Larissa Beraldo Kawashima**  
Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT  
E-mail: [larissa.kawashima@ifmt.edu.br](mailto:larissa.kawashima@ifmt.edu.br)

#### RESUMO:

A Educação Profissional e Tecnológica no Brasil surgiu a partir da necessidade de mão de obra qualificada para o mercado, cuja oferta dessa educação não apresenta uma uniformidade de concepções. Nesse contexto, o presente artigo busca compreender a formação da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil e a relação com os pressupostos educacionais do autor Gramsci, por meio de uma pesquisa bibliográfica na base de dados Periódicos CAPES. Os resultados alcançados indicam que a construção da EPT no Brasil se assemelha com os princípios educacionais da Escola Unitária de Gramsci, no que se refere a integração da formação intelectual e laboral. Entretanto, seu propósito visa atender aos interesses do capitalismo, afastando-se de uma formação integral e emancipatória do indivíduo.

**Palavras-chaves:** Trabalho, Formação Integral, Sociedade.

#### ABSTRACT

*Vocational and Technological Education in Brazil emerged from the need for qualified labor for the market, whose provision of this education does not present a uniformity of concepts. In this context, this article seeks to understand the formation of Vocational and Technological Education (EPT) in Brazil and its relationship with the educational assumptions of the author Gramsci, through a bibliographical research in the CAPES Periodicals database. The results obtained indicate that the construction of EPT in Brazil resembles the educational principles of Gramsci's Unitary School, with regard to the integration of intellectual and labor training. However, its purpose aims to serve the interests of capitalism, moving away from an integral and emancipatory education of the individual.*

**Key-words:** Work, Integral Formation, Society.

Editor:  
Dr. João Batista Lopes da Silva  
Universidade do Estado de Mato Grosso  
e-mail: [revistaedu@unemat.br](mailto:revistaedu@unemat.br)



## 1 INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é uma área da educação brasileira que apresenta grande relevância, pois sua oferta abrange desde a educação básica, com cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, o nível médio, com cursos de educação profissional técnica, até o ensino superior, com a Educação Profissional Tecnológica de Graduação e Pós-Graduação (Afonso; Gonzalez, 2022).

A política da EPT no Brasil, nas últimas décadas buscou estabelecer normas legais com o objetivo de eliminar a discrepância entre formação técnica e formação humanista, nessa perspectiva, a proposta da Escola Unitária idealizada por Gramsci seria a essência para o enfrentamento dessa formação cultural desigual entre as diferentes classes sociais (Martins, 2012). Uma vez que as alterações na formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo acompanham, de modo geral, as determinações econômicas e político-sociais das modificações do trabalho no capitalismo, bem como as mudanças que ocorrem no interior da nossa formação social (Neves; Pronko, 2008).

Afonso e Gonzalez (2022) discorrem que na história do Brasil, não há uma uniformidade contínua de oferta e de programas de educação profissional sob a forma de apenas uma concepção, já que é possível notar uma oscilação entre diferentes modelos e concepções, uma com perspectiva mais restrita, operacional, de preparação imediata para o trabalho; e outra mais abrangente, de uma formação que integra teoria e prática, trabalho manual e intelectual, tendo em vista o trabalho como princípio educativo.

Nesse contexto, o presente estudo consiste numa pesquisa bibliográfica descritiva que almeja compreender a formação da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil e a relação com os pressupostos educacionais do autor Gramsci, para que se possa (i) conhecer os processos históricos da formação da EPT no Brasil; (ii) conhecer os pressupostos educacionais de Gramsci, e (iii) relacionar os pressupostos de Gramsci com a EPT no Brasil.

## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA: História da EPT no Brasil

A atual Educação Profissional e Tecnológica (EPT) brasileira, desde o seu surgimento, vivenciou diversos processos históricos de formação e aperfeiçoamento. Assim, nesta seção iremos abordar alguns marcos na EPT e na legislação que contribuíram para esse processo. Logo, a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, constitui um marco para a construção do ensino profissional no Brasil, uma vez que definiu o ensino profissional primário e gratuito, voltado para a habilitação ao trabalho dos filhos das classes proletárias mediante o preparo técnico e intelectual, cujo texto legal defendia a superação das desigualdades sociais vivenciadas com o crescente aumento da população nos centros urbanos, ou seja, fortemente ligado as ideias assistencialistas (Silva; Ciasca, 2021).

Na década de 1930, a educação profissional brasileira começou a ser vista de maneira diferente, com o início da industrialização as escolas foram institucionalizadas e direcionadas para o atendimento da necessidade de pessoas para o processo produtivo, dessa forma, houve uma expansão do ensino profissional no Brasil (Lima; Tavares; Melo, 2022). E conforme tais autores:

Na década de 40, houve, como resultado da ineficiência da execução pelo Estado, uma terceirização da formação de mão de obra para a indústria e para o comércio. Emergem, então, o denominado sistema S4, sendo inicialmente criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI, em 1942), seguido do surgimento do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC, em 1946), o Serviço Social do Comércio (SESC, em 1946) e o Serviço Social da Indústria (SESI, em 1946) (Lima; Tavares; Melo, 2022, p. 6).

O Estado brasileiro, no período de 1945 - 1964, continuou sendo o principal responsável pelos planos, projetos e programas de investimento que sustentaram o segmento industrial e criação de políticas educacionais com base na permanência e legitimação, e dualidade entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Entretanto, emergia uma preocupação crescente de educadores que defendiam a educação democrática, com a aquisição pela classe trabalhadora dos saberes socialmente construídos. (Castro; Costa; Barbosa, 2020)

Lima, Tavares e Melo (2022) apontam que a criação da Lei Federal nº 5.692/1971 de-

clarou a qualificação para o trabalho como elemento prioritário e obrigatório no ensino médio, desvalorizando o ensino profissionalizante ao definir a escola como fonte formadora de trabalhadores qualificados, e o fim da educação, já que de modo implícito reduz a busca pela educação superior.

Para Castro, Costa e Barbosa (2020), a possibilidade de articulação entre a educação básica e a formação profissional prevista na mencionada lei foi percebida como uma oportunidade relevante para superar a dualidade educacional, no entanto, em relação à profissionalização ela não obteve grande sucesso e ao longo dos anos sofreu alterações até 1982, quando outras leis surgiram e retomaram a separação entre educação básica e formação profissional.

O processo de redemocratização do Brasil, após o término da ditadura militar (1964-1985), contribuiu para a promulgação em 1988 da Constituição Federal vigente, a qual garantiu a educação pública e gratuita como dever do Estado, educação básica compreendida pela educação infantil (creche e pré-escola), ensino fundamental e médio, e o direito à qualificação para o trabalho é retomado no Art. 227, que garante a profissionalização de crianças, adolescentes e jovens (Silva; Ciasca, 2021).

Nessa perspectiva, foi estabelecida a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, vigente até os dias atuais e que “[...] tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1996, p. 01). Com a justificativa de melhorar a qualidade do ensino no país, o Decreto nº 2.208/1997 regulamentou a educação profissional e a separou do ensino médio, além de criar o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) que culminou na oferta da educação profissional em sua grande maioria pela esfera privada (Lima, Tavares; Melo, 2022).

No ano de 2004 ocorreu a promulgação do Decreto nº 5.154/2004, que retomou a integração da educação profissional com a educação básica, ocasionado a partir de movimentos sociais que buscavam acabar com a dualidade da educação básica e profissional (Castro; Costa; Barbosa, 2020). De acordo com Silva e Ciasca (2021) a reforma do ensino médio, como ficou popularmente conhecida, por meio da Lei nº 13.415/2017, realizou modificações significativas na LDB, principalmente no currículo escolar, que dentre outras alterações permitiu a articulação com a formação técnica e profissional, conforme nova redação dada ao Art. 36 da LDB:

Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas;
- V - formação técnica e profissional (Brasil, 2017, p. 01).

Nessa conjuntura, foi criada a Lei nº 14.645/2023 (Brasil, 2023), que conforme seu art. 4º propõe, no prazo de dois anos, uma Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica mediante a colaboração entre os entes federativos, que além de outras ações visa: o fomento ao crescimento da disponibilidade de ensino profissional e tecnológico em instituições públicas e privadas, levando em conta as demandas locais; o envolvimento efetivo do setor produtivo no processo de qualificação e inserção no mercado de trabalho dos egressos da educação profissional e tecnológica; e integração curricular entre diferentes programas e cursos como meio de promover percursos educacionais dinâmicos e aprimorados para o desenvolvimento profissional e tecnológico, e cooperação entre a Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico e as secretarias estaduais de educação ou entidades similares encarregadas da formação profissional e tecnológica.

Percebe-se que o histórico de construção da Educação Profissional brasileira, se por um lado reproduz os interesses do capital, do outro, apresenta contradições que desvelam as lutas sociais que almejam garantir, preservar e ampliar os direitos sociais, e uma educação para a emancipação (Castro, Costa e Barbosa, 2020).

### 3 MATERIAL E MÉTODOS

Do ponto de vista dos objetivos é uma pesquisa descritiva, pois ocorre “quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles. Visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 52). Quanto aos procedimentos técnicos trata-se de uma pesquisa bibliográfica que conforme Severino (2013), é aquela conduzida a partir do material disponível, sendo resultado de estudos anteriores encontrados em obras impressas, como livros, artigos e dissertações, que utiliza dados e teorias já explorados por outros pesquisadores e devidamente documentados.

A coleta de dados da pesquisa ocorreu no período de 28 de junho de 2024 até 27 de julho de 2024, na base de dados do site Periódicos Capes. Foram realizadas buscas de artigos por meio da ferramenta de pesquisa avançada, conforme as etapas a seguir:

I) continham no título a frase com as aspas “História da Educação Profissional no Brasil”, publicados entre os anos de 2020 e 2023;

II) artigos que continham no título o termo “Gramsci” e em qualquer campo a frase “Educação Profissional e Tecnológica”; e

III) artigos que continham no título o termo “Gramsci”, em qualquer campo o termo “Educação Profissional”, e em qualquer campo o termo “Brasil”.

Para as etapas II e III acima, o período de busca compreendeu os anos de 2012 a 2023. Visando delimitar a abrangência da pesquisa, os critérios de exclusão adotados foram: a) artigos duplicados, que já apareceram em outra busca; b) artigos em capítulos de livros; c) que abordavam outros países, além do Brasil. O processo de quantificação e seleção dos artigos para a pesquisa está descrito no Quadro 1.

Quadro 1 – Coleta de Dados

Coleta de dados (Etapas)	Periódicos Capes (Resultados)	Obras Seleccionadas
I	4	3
II	6	4
III	6	3
Total	16	10

Fonte: Elaborado pelos autores.

As dez obras seleccionadas foram utilizadas ao longo do texto para a construção do artigo, e correspondem aos autores: Castro, Costa e Barbosa (2020), Silva e Ciasca (2021), Lima, Tavares e Melo (2022), Afonso e Gonzalez (2022), Martins (2012), Machado e Maia (2023), Uchoa (2022), Batista e Gomes (2015), Drabach (2018) e Silva (2018). As quais contribuíram para a compreensão da formação histórica da educação profissional e tecnológica no Brasil, dos pressupostos educacionais de Gramsci e suas similaridades com a EPT no contexto brasileiro.

Para integrar o referencial da pesquisa também foram seleccionadas as obras de autores conceituados como: Gramsci (2001), Manacorda (2013), Mészáros (2008), Oliveira e Rizek, (2007), Rodrigues (1998), Neves e Pronko (2008), Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) e Saviani, (2007) – que compõem as bases conceituais para a EPT do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). E as legislações Brasil (2023), Brasil (2017) e Brasil (1996). Proporcionando maior compreensão dos conceitos educacionais de Gramsci, a partir dos autores Gramsci (2001) e Manacorda (2013), além do contexto histórico-social do Brasil no percurso de desenvolvimento da EPT no país.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 Pressuposto educacionais de Gramsci

A teoria formulada pelo filósofo italiano Antonio Gramsci adaptou as ideias do marxismo à sociedade vivenciada por ele, considerou as raízes econômicas e históricas do conflito existente na luta de classes, ressaltando a relevância da batalha pela consciência da classe trabalhadora contra a exploração da classe dominante burguesa (Martins, 2012). Entendendo

que em uma sociedade capitalista, é exigido e estabelecido um padrão de ensino que permite a ela a criação concreta e simbólica de sua continuidade, e que, dentro desse mesmo contexto social, as classes lutam de forma desigual pela hegemonia (Uchoa, 2022). Sendo que a:

A escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis. A complexidade da função intelectual nos vários Estados pode ser objetivamente medida pela quantidade das escolas especializadas e pela sua hierarquização: quanto mais extensa for a “área” escolar e quanto mais numerosos forem os “graus” “verticais” da escola, tão mais complexo será o mundo cultural, a civilização, de um determinado Estado. Pode-se ter um termo de comparação na esfera da técnica industrial: a industrialização de um país se mede pela sua capacidade de construir máquinas que construam máquinas e pela fabricação de instrumentos cada vez mais precisos para construir máquinas e instrumentos que construam máquinas, etc. O país que possui a melhor capacitação para construir instrumentos destinados aos laboratórios dos cientistas e para construir instrumentos que verifiquem estes instrumentos, este país pode ser considerado o mais complexo no campo técnico-industrial, o mais civilizado, etc. O mesmo ocorre na preparação dos intelectuais e nas escolas destinadas a tal preparação: escolas e instituições de alta cultura são similares (Gramsci, 2001, p.19).

Para Gramsci a escola desempenha um papel fundamental na consolidação da hegemonia das classes menos favorecidas, sendo essencial na disseminação da cultura e na criação de novos intelectuais, conhecedor dos outros espaços sociais, exercendo assim um importante papel na sociedade em todas as épocas (Drabach, 2018). Em relação à hegemonia e os intelectuais Gramsci (2001, p. 21) pontua que:

Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo.

No conceito definido por Gramsci, a hegemonia é o resultado conflituoso do consenso, referindo-se a uma cultura que torna indeclináveis as questões apresentadas, forçando o adversário a interagir com as linguagens, situações, instituições e cultura criadas, que se tornam, conseqüentemente, a cultura predominante (Oliveira; Rizek, 2007). Gramsci atribuía esse domínio de um grupo social sobre toda a sociedade, o qual poderia ocorrer através da força ou do consentimento, a força sendo aplicada pelas estruturas políticas, jurídicas e educacionais, enquanto o consentimento envolveria a liderança ideológica (Martins, 2012).

Dessa forma, a constituição dos próprios intelectuais orgânicos, por parte de uma classe que queira se colocar em posição dominante e que, por conseguinte, almeje a conquista dos intelectuais tradicionais, requer uma ferramenta específica para formar os intelectuais de diferentes níveis, que é justamente a escola, cujo notável crescimento indica a relevância das categorias e funções intelectuais (Manacorda, 2013). Nesse contexto:

[...] ao lado do tipo de escola que poderíamos chamar de “humanista” (e que é o tradicional mais antigo), destinado a desenvolver em cada indivíduo humano a cultura geral ainda indiferenciada, o poder fundamental de pensar e de saber se orientar na vida, foi-se criando paulatinamente todo um sistema de escolas particulares de diferente nível, para inteiros ramos profissionais ou para profissões já especializadas e indicadas mediante uma precisa individualização (Gramsci, 2001, p. 32-33).

Gramsci (2001) contestava a presença de uma divisão racional da escola em clássica e profissional, que ocorria de modo caótico sem nenhum princípio claro e objetivo, com a escola profissional direcionada para as classes proletárias, enquanto a clássica era direcionada para as classes dominantes e para os intelectuais.

Pois, no âmbito educacional italiano, ele notava que o aumento das escolas profissionais voltadas para a preparação dos novos trabalhadores da indústria não representava efetivamente um processo de democratização, já que tais instituições apenas capacitavam o trabalhador especializado, sem proporcionar uma formação técnico-política que possibilitasse a esse indivíduo se tornar também um governante (Drabach, 2018). Para a superação dessa dualidade educacional, Gramsci (2001, p. 33-34) defende uma Escola Unitária, na perspectiva de uma:

[...] escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, através de repetidas experiências de orientação profissional, passar-se-á a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo.

Sua proposta educacional buscava unir teoria e prática, indo contra uma formação reducionista, imediatista e manual, com abordagem educativa focada no ensino e na cultura relacionados à tecnologia (técnica-científica), analisando os fundamentos da ciência e como ela é aplicada na prática, abrangendo tanto o trabalho intelectual quanto o manual, em todas as etapas de um sistema educacional integrado (Afonso; Gonzalez, 2022). No qual o trabalho e a teoria estão intrinsecamente ligados, para criar um tipo de escola que eduque as classes instrumentais e subordinadas para um papel de liderança na sociedade (Gramsci, 2001).

Segundo Martins (2012), Gramsci atualizou as ideias marxistas para os dias de hoje, já que, enquanto Marx enxergava as instituições estatais, incluindo a escola, como replicadoras, Gramsci defendia que a escola tinha o papel principal de transformar as mentalidades na disputa pela hegemonia. Por meio de instituições educacionais de diversos níveis e as organizações culturais de alto padrão que buscam não só aprimorar a capacidade intelectual de cada pessoa, mas também aumentar e aperfeiçoar as diversas especializações (Manacorda, 2013). Com esse objetivo:

A escola unitária ou de formação humanista (entendido este termo, “humanismo”, em sentido amplo e não apenas em sentido tradicional), ou de cultura geral, deveria assumir a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los elevado a um certo grau de maturidade e capacidade para a criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa (Gramsci, 2001, p. 36).

Manacorda (2013, p. 207), ressalta que “[...] é na escola única que se encontra a “raiz” daquele processo de união entre o trabalho intelectual e o trabalho industrial [...]”. Posto que, o pensador italiano percebia que a conjuntura econômica poderia levar os jovens trabalhadores a ajudar financeiramente suas famílias, por isso Gramsci argumentou, no contexto da Escola Unitária, que não apenas a educação deveria ser totalmente pública, mas também que o governo fornecesse os recursos necessários para que os filhos dos trabalhadores pudessem ter acesso ao estudo (Uchoa, 2022).

Para isso, tal escola requer que o Estado seja responsável pelas despesas relacionadas à manutenção das escolas, a fim de garantir que a educação e formação das futuras gerações deixe de ser privada e torne-se pública, para assegurar que todas as gerações tenham acesso à educação de qualidade, sem distinção de classes (Gramsci, 2001). A estrutura da escola unitária, segundo o pensamento de Gramsci, seria semelhante à de uma escola integral, com quartos, refeitórios, bibliotecas especializadas e um auditório para seminários, e o ensino deveria abranger não apenas os fundamentos básicos, mas também proporcionar conhecimento sobre o Estado e a organização social (Batista; Gomes, 2015).

O surgimento da escola unitária marcaria o começo de uma nova interação entre o trabalho intelectual e o trabalho industrial, não apenas na instituição de ensino, mas em toda a sociedade, portanto, a abordagem unitária teria impacto em todas as estruturas culturais, modificando-as e conferindo-lhes uma nova essência (Gramsci, 2001). Assim, a concepção da escola unitária de Gramsci buscaria promover de forma equilibrada o crescimento das

habilidades manuais (técnicas) e intelectuais (saber desinteressado), para uma formação integral de um indivíduo capaz de alterar a dinâmica hegemônica capitalista estabelecida (Martins, 2012).

A compreensão de Gramsci acerca da escola desinteressada indicava que a instituição não deveria limitar as possibilidades futuras dos jovens através de decisões profissionais tomadas precocemente, direcionando-os para um caminho específico (Uchoa, 2022). Pois “[...] o estudo, ou a maior parte dele, deve ser (ou assim aparecer aos discentes) desinteressado, ou seja, não deve ter finalidades práticas imediatas ou muito imediatas, deve ser formativo ainda que “instrutivo”, isto é, rico de noções concretas” (Gramsci, 2001, p. 49).

Nesse sentido, a escola unitária estava fundamentada no princípio educativo do trabalho, possibilitando uma formação cultural abrangente desde o início, com uma preparação prévia para a profissão, visando a formação humanística e o desenvolvimento integral do aluno, que engloba o desenvolvimento intelectual, físico e técnico (Batista; Gomes, 2015).

#### 4.2 Gramsci, trabalho e EPT no Brasil

Relacionando Gramsci com a Educação Profissional no Brasil, Drabach (2018) discorre que a concepção de uma Escola Unitária ainda é vista como um desafio por muitos educadores no Brasil, uma vez que, ainda existem diversas iniciativas que dividem as instituições e programas educacionais (sejam públicos ou privados) voltados para diferentes grupos e classes sociais, de acordo com sua posição na sociedade capitalista, aliado a uma grande parte da população que abandona a escola ou nem sequer tem acesso a ela. Nesse sentido, Gramsci (2001, p.49) discorre que:

Na escola atual, em função da crise profunda da tradição cultural e da concepção da vida e do homem, verifica-se um processo de progressiva degenerescência: as escolas de tipo profissional, isto é, preocupadas em satisfazer interesses práticos imediatos, predominam sobre a escola formativa, imediatamente desinteressada. O aspecto mais paradoxal reside em que este novo tipo de escola aparece e é louvado como democrático, quando, na realidade, não só é destinado a perpetuar as diferenças sociais, como ainda a cristalizá-las em formas chinesas.

De acordo com Uchoa (2022), a filosofia educacional da Escola Unitária de Gramsci se aproxima ao que conhecemos atualmente como educação básica, fundada no valor do trabalho como um princípio essencial para a educação libertadora. Além disso, propõe uma abordagem que integra atividades teóricas e práticas, buscando uma formação completa que explora todas as capacidades dos estudantes. Nas palavras de Gramsci (2001, p. 43):

[...] o princípio educativo no qual se baseavam as escolas primárias era o conceito de trabalho, que não pode se realizar em todo seu poder de expansão e de produtividade sem um conhecimento exato e realista das leis naturais e sem uma ordem legal que regule organicamente a vida dos homens entre si, ordem que deve ser respeitada por convicção espontânea e não apenas por imposição externa, por necessidade reconhecida e proposta a si mesmo como liberdade e não por simples coerção.

Denota-se que desde o princípio a educação desempenha um papel fundamental para romper com a aceitação de decisões políticas restritas à "legitimação democrática constitucional" do Estado capitalista, que procura garantir seus próprios interesses (Mészáros, 2008). A maneira passiva de evolução do capitalismo, inclusive a forma presente em todos os casos de capitalismo tardio, como ocorreu no Brasil, gerou e necessitou de uma grande intervenção do Estado que se evidenciava por um lado nas robustas empresas estatais, e por outro no domínio da nova classe operária (Oliveira; Rizek, 2007).

Nessa perspectiva, o avanço da produção resultou na divisão do trabalho e, consequentemente, na propriedade individual da terra, causando a fragmentação da coesão presente nas sociedades antigas, e a posse individual da terra, que era o principal recurso de produção, resultou na segmentação da sociedade em diferentes classes (Saviani, 2007). Dessa forma, ao analisar a trajetória da educação profissional no território brasileiro conseguimos observar cla-

ramente as origens voltadas para o assistencialismo, direcionadas a uma formação destinada às camadas mais desfavorecidas da sociedade ou àqueles que são considerados "desafortunados" (Martins, 2012).

A complexidade da Educação Profissional e Tecnológica está presente no planejamento, na estruturação e na realização, à medida que promovam a integração entre as esferas trabalho, da tecnologia, da educação e das estratégias para a eficaz criação de um conceito que seja apropriado para os diferentes níveis educacionais estabelecidos na legislação (Afonso; Gonzalez, 2022). Para Gramsci (2001, p. 43)

[...] a lei civil e estatal organiza os homens do modo historicamente mais adequado a dominar as leis da natureza, isto é, a tornar mais fácil o seu trabalho, que é a forma própria através da qual o homem participa ativamente na vida da natureza, visando a transformá-la e socializá-la cada vez mais profunda e extensamente.

Vimos que nos anos 1980 e 1990, o setor empresarial brasileiro adentrou de forma efetiva ao diálogo educacional, participando ativamente por meio da articulação entre modernização e qualificação profissional, defendendo um modelo de formação mais atualizado, compatível com o novo cenário econômico do país, a globalização econômica e a busca pela qualidade ganharam relevância nessa defesa pública do papel essencial da Educação (Rodrigues, 1998). Uma mudança profunda na educação não pode ocorrer sem a devida mudança no contexto social, na qual as práticas educativas da sociedade precisam desempenhar suas cruciais e historicamente relevantes funções de transformação (Mészáros, 2008).

Rodrigues (1998), expõe que a adequação da educação à economia, promovida pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), resultou em uma significativa mudança nas diretrizes da educação básica e na estrutura da formação profissional, mostrando que a classe industrial busca adaptar a formação humana às necessidades econômicas, ou seja, aos interesses do capital. Tais estratégias vêm sendo implementadas nos sistemas educacionais públicos, não só com o claro objetivo de padronizar e condicionar a prática docente, mas também de expropriar recursos públicos, beneficiando empresas, fundações e institutos que produzem esses modelos educacionais (Machado; Maia, 2023). Em contraposição, Gramsci (2001, p. 39) evidencia que a finalidade de sua escola unitária deveria ser concebida e organizada para:

[...] criar os valores fundamentais do "humanismo", a autodisciplina intelectual e a autonomia moral necessárias a uma posterior especialização, seja ela de caráter científico (estudos universitários), seja de caráter imediatamente prático-produtivo (indústria, burocracia, comércio, etc.).

Manacorda (2013), pontua que a necessidade de adaptar os sistemas de vida aos modos de produção é a essência da opção educativa de Gramsci, portanto, a aquisição de hábitos intelectuais e morais não fica a critério do educador, é também uma exigência determinada objetivamente pelas condições impostas ao homem para a racionalização do trabalho, sendo utópico e fantasioso opor-se. Já que, naturalmente, as instituições de educação tiveram de ser adaptadas no decorrer do tempo, de acordo com as determinações reprodutivas em mutação do sistema do capital (Mészáros, 2008).

Contudo, a crescente racionalização do processo de produção de bens e a propagação de novos princípios e costumes relacionados ao convívio na sociedade urbana e industrial estão tornando a escola um espaço cada vez mais comum de preparação para o mercado de trabalho (Neves; Pronko, 2008). Sendo fundamental ressaltar a importância da educação para desenvolver planos eficazes e adequados que possam transformar as condições concretas de reprodução, assim como para promover a transformação consciente dos indivíduos responsáveis por efetivar a construção de uma nova ordem social radicalmente distinta (Mészáros, 2008). Pois:

Se se quer destruir esta trama, portanto, deve-se não multiplicar e hierarquizar os tipos de escola profissional, mas criar um tipo único de escola preparatória (primária-média) que conduza o jovem até os umbrais da escolha profissional, formando-o, durante este meio tempo, como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige (Gramsci, 2001, p. 49).



Compreendendo uma proposta educacional voltada para a formação profissional que incluirá princípios valorosos que se oponham à simples aceitação passiva e à transformação do trabalho em mercadoria; que promova a criação de indivíduos atuantes na sociedade, capacitados para analisar de forma crítica a realidade atual e não apenas se conformar a ela, pessoas que irão desafiar a lógica implacável do mercado ao invés de se submeterem a ela sem questionamentos (Batista; Gomes, 2015). De acordo com Mészáros (2008), a proposta de universalizar o trabalho e a educação, de forma indissociável, está presente há muito tempo em nossa história, e é relevante destacar que essa proposta permanece apenas como uma ideia frustrada, uma vez que sua concretização requer a igualdade efetiva entre todos os indivíduos.

Segundo os ideais de Gramsci, a escola única se assemelharia ao que atualmente é chamado de ensino fundamental e ensino médio no Brasil (Saviani, 2007). Nesse contexto, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 43), afirmam que:

Se a preparação profissional no ensino médio é uma imposição da realidade, admitir legalmente essa necessidade é um problema ético. Não obstante, se o que se persegue não é somente atender a essa necessidade, mas mudar as condições em que ela se constitui, é também uma obrigação ética e política garantir que o ensino médio se desenvolva sobre uma base unitária para todos. Portanto, o ensino médio integrado ao ensino técnico, sob uma base unitária de formação geral, é uma condição necessária para se fazer a “travessia” para uma nova realidade.

Visto que, Gramsci desenvolveu uma análise sobre um ambiente educacional que proporcionava uma formação excludente, cenário que, segundo ele, contribuía para a perpetuação de desigualdades sociais e, de maneira geral, essa situação assemelha-se às raízes da educação no Brasil (Martins, 2012). Pois é possível afirmar que tanto as instituições de ensino criticadas por Gramsci, quanto as iniciativas de criação de um modelo educacional fundamentado na escola unitária estão presentes em nossa realidade, constituindo elementos fundamentais para refletirmos e propormos melhorias na área da educação profissional no Brasil (Drabach, 2018).

Em virtude das ponderações e sugestões de Gramsci permanecerem ativas e contemporâneas, alimentando os princípios daqueles que apoiam uma educação mais abrangente e humanizada não focada exclusivamente nas características e peculiaridades das atividades profissionais em indústrias ou empresas, sob os interesses do capital (Afonso; Gonzalez, 2022).

Nessa conjuntura, a recuperação do ensino tecnológico no ensino médio é fundamentada através da política de governo para a formação profissional e tecnológica, que visa promover uma maior integração entre a formação profissional e tecnológica com a educação básica, restabelecendo o papel regulador do Estado brasileiro tanto no ensino básico, quanto no ensino superior (Neves; Pronko, 2008).

No entanto, ainda existe uma grande necessidade de superar a fragmentação e promover o enriquecimento cultural dos trabalhadores por meio de uma educação que os capacite para competir pela liderança no cenário hegemônico, principalmente diante da deterioração de sua formação que está em andamento com as reformas mais recentes (Silva, 2018).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo pode-se compreender que a formação da educação profissional brasileira foi influenciada pelo processo de industrialização do país, o que se perpetua até os dias atuais, sendo vista como um instrumento de formação de mão de obra qualificada para o processo produtivo, o que cria uma dualidade entre uma formação técnica para o trabalho e uma formação integral e humanística.

Já os pressupostos educacionais de Gramsci visam o acesso da classe proletária à uma formação integral, que articule o ensino intelectual e o ensino laboral, por meio de uma escola unitária, para que os eles pudessem ser capazes de superar a hegemonia capitalista estabelecida e assumir o poder. Na qual esse tipo de escola seria o principal agente desse processo de transformação social, a partir do trabalho como princípio educativo.

Portanto, observa-se uma proximidade dos pressupostos educacionais de Gramsci com a formação da EPT no Brasil, no que se refere a articulação entre uma formação intelectual e formação laboral, proposta pela escola unitária de Gramsci. No entanto, apesar de legislações e políticas voltadas para essa integração, em termos gerais, faz-se necessária ações efetivas voltadas para formação integral e emancipatória do indivíduo, afastada dos interesses mercadológicos.

## REFERÊNCIAS

- AFONSO, A. M. M.; GONZALEZ, W. R. C. Rede federal de educação profissional, científica e tecnológica no Brasil: reflexões sobre a sua criação à luz das propostas educacionais de Antonio Gramsci. **Revista Contexto & Educação**, [S. l.], v. 37, n. 119, p. e13181, 2022. DOI: 10.21527/2179-1309.2022.119.13181. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/13181>. Acesso em: 03 jul. 2024.
- BATISTA, E. L.; GOMES, H. S. C. Educação para a práxis: contribuições de Gramsci para uma pedagogia da educação profissional. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 15, n. 65, p. 92–102, 2015. DOI: 10.20396/rho.v15i65.8642698. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8642698>. Acesso em: 04 jul. 2024.
- BRASIL. **Lei 14.645, de 03 de agosto de 2023**. Altera a LDB para dispor sobre a Educação Profissional e Tecnológica e articular a educação profissional técnica de nível médio com programas de aprendizagem profissional e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre isenção do cômputo de determinados rendimentos no cálculo da renda familiar per capita para efeitos da concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2023/Lei/L14645.htm#art2](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14645.htm#art2). Acesso: 16 de jul. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=17/02/2017&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=440>. Acesso em: 21 jul. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=23/12/1996&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=289>. Acesso em: 17 de jul. 2024.
- CASTRO, M. A. D. R.; COSTA, C. B. C.; BARBOSA, S. C. Diálogos com a História da Educação Profissional no Brasil: permanências e contradições. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 12, n. 1, p. 291-303, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/34909>. Acesso em: 05 jul. 2024.
- DRABACH, N. P. A escola unitária em Gramsci e a educação profissional no Brasil. **Revista Trabalho Necessário**, v. 16, n. 31, p. 263-283, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/27380>. Acesso em: 06 jul. 2024.
- FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M; RAMOS, M. A Gênese do Decreto 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M; RAMOS, M. **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- LIMA, A. Q. O.; TAVARES, A. M. B. N.; MELO, E. S. N. História da educação profissional no Brasil e a sua relação com o princípio do trabalho. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 4, p. e52911427447-e52911427447, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/27447>. Acesso em: 07 jul. 2024.
- MACHADO, M. M.; MAIA, J. C. A. Gramsci e Freire e suas contribuições alvissareiras na educação de pessoas trabalhadoras. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 23, p. e15140, 2023. DOI: 10.15628/rbept.2023.15140. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/15140>. Acesso em: 02 jul. 2024.
- MANACORDA, M. A. **O princípio educativo em Gramsci**. Campinas - SP: Editora Alínea, 2013.
- MARTINS, Adriana Paula. Pressupostos de Gramsci na educação profissional e tecnológica de nível médio. # Tear: **Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, v. 1, n. 2, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/1724>. Acesso em: 28 jun. 2024.
- MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2008.
- NEVES, L. M. W.; PRONKO, M. A. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado**: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2008.
- OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. S. **A era da indeterminação**. Boitempo Editorial, 2007.
- PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- RODRIGUES, J. **O moderno príncipe industrial**: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria. Campinas: Autores Associados, 1998.
- SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista brasileira de educação**, v. 12, n. 34, p. 152-165, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?lang=pt>. Acesso em: 09 jul. 2024.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- SILVA, K. N. P. Ensino médio integrado e o conceito de escola unitária de gramsci. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 299–307, 2018. DOI: 10.9771/gmed.v10i1.22295. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/22295>. Acesso em: 04 jul. 2024.
- SILVA, L. M.; CIASCA, M. I. F. L. História da educação profissional no Brasil: do período colonial ao governo Michel Temer (1500-2018). **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 5, n. 1, p. 73-101, 2021. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/677>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- UCHOA, A. M. Ensino médio integrado na rede federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia e a proposta de escola unitária de Gramsci: aproximações e distanciamentos. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 2, n. 22, p. e13989, 2022. DOI: 10.15628/rbept.2022.13989. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/13989>. Acesso em: 02 jul. 2024.

---

<sup>i</sup> Sobre os autores:

**Camila Daniela dos Santos Ferrarezzo** (<https://orcid.org/0009-0003-2476-2376>)

Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2018), Especialização em Gestão Pública pelo IFMT (2020). É Servidora técnica efetiva da Secretaria de Educação do Estado do Mato Grosso. Atualmente é aluna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT - campus Cuiabá, no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT.

**Larissa Beraldo Kawashima** (<https://orcid.org/0000-0002-2613-9647>)

Possui graduação em Licenciatura em Educação Física pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp (2002), Especialização em Pedagogia do Esporte Escolar pela UNICAMP (2004), Especialização em Educação Física Escolar pela CEUCLAR (2007), Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT (2010) e Doutorado em Educação pela UFMT (2018). Atualmente é professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT - campus Cuiabá e do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT. É docente colaboradora do Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional - ProEF com polo na Faculdade de Educação Física da UFMT. É líder do Grupo de estudos e pesquisas em Educação Física no Ensino Médio Profissionalizante - GEPEFEP.

**Como citar este artigo:**

FERRAREZZO, Camila Daniela dos Santos; KAWASHIMA, Larissa Beraldo. A educação profissional e tecnológica no Brasil e os princípios educacionais da “Escola Unitária de Gramsci”. **Revista Educação Cultura e Sociedade**. vol. 14, n. 2, p. 65-76, 30ª Edição (Especial), 2024. <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs> .

**Revista Educação, Cultura e Sociedade** é uma publicação da Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil, iniciada em 2011 e avaliada pela CAPES.

**Indexadores:** DOAJ – REDIB – LATINDEX – LATINREV – DIADORIM – SUMARIOS.ORG – PERIÓDICOS CAPES – GOOGLE SCHOLAR